



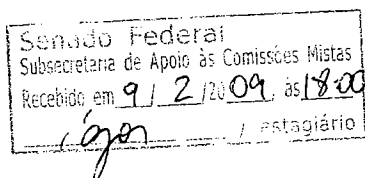
CÂMARA DOS DEPUTADOS

Deputado Federal Assis do Couto – Prontidão ...

Medida Provisória n. 455, de 28 de janeiro de 2009.

MPV-455

00033



*Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da educação básica, altera a Lei nº 10.880, de 9 de junho de 2004, e dá outras providências.*

Emenda modificativa n.

### Alteração proposta

Altere-se o *caput* do § 2º, da Medida Provisória n. 455/2009:

“Artigo 14.

[...]

§ 2º

[...]

IV – ausência, em caso de produtos de origem animal, de certificado emitido pelo serviço de inspeção sanitária municipal, estadual ou distrital, federal, ou, ainda, pelo sistema unificado de atenção à sanidade agropecuária (SUASA), conforme as exigências aplicáveis ao caso.

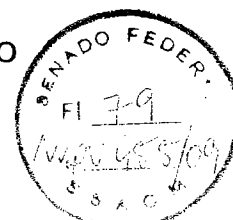
### Justificativa

De acordo com a redação do artigo 14, § 2º, inciso IV, da Medida Provisória n. 455/2009, poderá ser dispensada a aquisição de gêneros alimentícios produzidos pela agricultura familiar quando verificadas “condições higiênico-sanitárias inadequadas”.

Parlamentar

ASSIS DO COUTO

PT/PR





## CÂMARA DOS DEPUTADOS

A preocupação revelada pela norma é de extrema importância, porque imperativo se garantir a segurança dos alimentos fornecidos aos alunos matriculados na rede pública de ensino.

Ocorre que o dispositivo não determina parâmetros para aferição de tal condição, tampouco vincula a regularidade dos produtos ao controle sanitário determinado por lei.

Nesse sentido, consta a Lei n. 1.283/50 – *dispõe sobre a inspeção industrial e sanitária dos produtos de origem animal* –, regulamentada pelo Decreto 30.691/52.

Esse último documento prevê, em relação aos produtos de origem animal considerados sujeitos à fiscalização – *a) animais destinados à matança, seus produtos e subprodutos e matérias primas; b) pescado e seus derivados; c) o leite e seus derivados; d) o ovo e seus derivados; e) o mel e a cera de abelhas e seus derivados* (artigo 2º, da Lei 1.283/50) – diversos requisitos a serem observados na produção, abate, etc, os quais, se atendidos, conduzirão à regularidade e garantia de segurança do alimento produzido.

Cabe à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios efetuar a inspeção sanitária e industrial dos produtos, dividindo-se a competência de acordo com o caso.

Consta, ademais, determinação legal quanto à efetivação de sistema único de atenção à sanidade agropecuária (SUASA), proposta pela Lei n. 8.171/91, e regulamentada pelo Decreto n. 5.714/2006.

De acordo com aquele dispositivo legal, *a inspeção industrial e sanitária de produtos de origem vegetal e animal, bem como a dos insumos agropecuários, será gerida de maneira que os procedimentos e a organização da inspeção se faça por métodos universalizados e aplicados equitativamente em todos os estabelecimentos inspecionados* (artigo 29-A, da Lei n. 8.171/91).

Tal sistema é responsável pelo desenvolvimento permanente das seguintes atividades: *I - vigilância e defesa sanitária vegetal; II - vigilância e defesa sanitária animal; III - inspeção e classificação de produtos de origem vegetal, seus derivados, subprodutos e resíduos de valor econômico; IV - inspeção e classificação de*

Parlamentar

ASSIS DO COUTO





## CÂMARA DOS DEPUTADOS

*produtos de origem animal, seus derivados, subprodutos e resíduos de valor econômico;  
e V - fiscalização dos insumos e dos serviços usados nas atividades agropecuárias.*

Existindo regramento quanto à sanidade dos produtos de origem animal, com a imposição de condições mínimas a serem cumpridas, sob pena de imposição de penalidades, deve a lei vincular o atendimento das condições *higiênico-sanitárias* a tais requisitos.

Imprescindível, portanto, a alteração do texto registrado no inciso IV, § 2º, da Medida Provisória n. 455/2009, na forma acima proposta.

Parlamentar

ASSIS DO COUTO

